



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

PÓS-MODERNISMO E O SERVIÇO SOCIAL

Samara Silva dos Santos¹
Laura Beatriz Dantas Guedes²
Lucia da Silva Vilarinho³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir os desafios do Serviço Social frente às correntes pós-modernas, como um favorecimento do capitalismo, uma fragilização das relações sociais e uma expansão de várias funções da questão social. Trata-se de uma reflexão teórica que explicita o desafio constante do Serviço Social na sustentação do seu projeto ético-político na sociedade atual.

Palavras-chave: Pós-modernidade. Serviço social. Trabalho.

Abstract: The purpose of this article is to discuss the challenges of Social Service in relation to postmodern currents, such as favoring capitalism, weakening social relations, and expanding social functions. It is a theoretical reflection that explains the constant challenge of Social Service in sustaining its ethical-political project in today's society.

Keywords: Postmodernity. Social Service. Job.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social surge no Brasil nos anos 1930, sob bases conservadoras da Igreja Católica, que visava a construção de uma nova sociedade pautada na caridade, nos bons costumes e na moral. No contexto socioeconômico, registra-se o despertar da intensa industrialização e um ambiente favorável à consolidação do capitalismo, cenário de fragilização das relações sociais e expansão de diversas expressões da questão social.

A profissão permaneceu no conservadorismo da Igreja até meados da década de 1970, quando rompe com as bases conservadoras que, outrora, regiam o Serviço Social. Esta ruptura deu-se com o movimento de reconceituação, a partir do qual a profissão passa por uma renovação teórico-prática e social e adota o método crítico e investigativo de aproximação com o marxismo como metodologia de compreensão da realidade e de intervenção.

Em meio ao movimento de mudanças sociais relevantes de modernização da sociedade e de emergência do capitalismo e conseqüente fragilização das relações

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Piauí. E-mail: < samara13.the@gmail.com >.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Piauí. E-mail: < samara13.the@gmail.com >.

³ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Piauí. E-mail: < samara13.the@gmail.com >.

sociais no âmbito do trabalho, o Serviço Social se coloca a serviço da sociedade e, na pós-modernidade, em defesa de direitos da classe trabalhadora, como proposta de renovação do modo de pensar e agir da profissão, no trato das expressões da questão social.

Para este estudo, a pós-modernidade corresponde, conforme observam alguns autores, a uma ampliação do que ocorreu na modernidade, marcando uma sociedade mais tecnológica, consumista, com ausência de valores e de sentido para a vida, que valoriza o hiper-real, o simulacro. Barroco (2011), destaca como marco deste estágio cronológico da sociedade o aprofundamento da exploração do trabalho, do desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados pelos trabalhadores.

O presente artigo explora o estudo bibliográfico sobre o tema, com o objetivo de descrever e discutir os desafios do Serviço Social frente às tendências pós-modernas, e foi elaborado como parte de avaliação da disciplina Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social IV, da graduação em Serviço Social, na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

O Serviço Social chega ao Brasil, por volta da década de 1930, primeiramente às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que estavam em processo de intensa industrialização, de forma rápida e desorganizada. Tal movimento fez as sociedades avançarem em mudanças estruturais, econômicas e sociais, tornando as condições e as relações sociais a favor da consolidação do capitalismo. Processo que agravou a “questão social” no Brasil, exigindo posicionamento de intervenção do Estado, o que tornou necessária a participação do profissional de Serviço Social na articulação entre Estado e sociedade, capital e trabalho para a legitimação do estado burguês.

Com a intervenção do Estado na questão social, cria-se um mercado de trabalho para o assistente social, que se transforma em um profissional assalariado, contratado pelo Estado e pelo patronato, tendo como alvo de sua atuação a parcela da classe trabalhadora que tem acesso aos organismos que veiculam os chamados serviços sociais (IAMAMOTO, 1987, p. 37).

O desenvolvimento do Serviço Social brasileiro é marcado por uma onda conservadora, principalmente pela Igreja Católica, por meio da Ação Católica Brasileira-ACB, cujas ações pautavam-se na evangelização e no controle populacional através da

caridade, dos bons costumes e da moral, considerados determinantes da vida social/econômica do indivíduo com o intuito de construir uma nova sociedade.

É [...] na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à "questão social" (YASBEK, 2010, p. 4).

Esse processo tornou o Serviço Social mais doutrinário do que científico/social, "captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista" (FORTI, 2013, p. 99).

No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas 'Rerum Novarum' do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social na sociedade moderna e a 'Quadragesimo Anno' de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da 'Rerum Novarum' vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja (YAZBEK, 2010, p. 4).

Ao final do ano de 1960 e início de 1970, ocorreu o movimento de reconceituação na América-Latina, que modificou as matrizes teóricas do Serviço Social e sua posição perante a sociedade. Na acepção de Netto (2005), um movimento que se deu mesmo contido e pressionado nos limites de uma década.

A partir do movimento, houve uma ruptura com o modelo tradicional e conservador, entretanto, foram encontradas diversas dificuldades em sua implantação, já que o Brasil era praticamente uma ditadura burguesa e isso era enraizado em todos os âmbitos da construção social, como na saúde, educação, economia, trabalho e nas relações sociais. Outro fator que fez o movimento de reconceituação ter características diferentes dos demais países foi o golpe de 1964, que minava a participação dos brasileiros nesse processo.

Não obstante, após o golpe de 1964, com todos os movimentos contrários ao regime militar, movimentos estudantis e sindicais, com a reflexão sobre a ditadura e do movimento de reconceituação, o Brasil se encontrou no horizonte de novas demandas, onde o profissional de Serviço social não trabalhava somente na perspectiva de repreensão ou controle, mas na criação de políticas sociais que recompensassem mazelas ocasionadas pelo capitalismo burguês na sociedade.

Após 1964 e até o início da década de 1980, o assistente social passa a ter um olhar mais crítico acerca da situação e inicia o rompimento com suas práticas conservadoras e na construção de uma consciência crítica. Isso é proveniente após

1964, com a intenção de ruptura e com todas as transformações que lhe acompanharam.

É, principalmente, no início dos anos 1980 que o novo Serviço Social, sob orientação da corrente marxista, coloca-se em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária como direção política assumida pelo projeto ético político profissional, lutando pelos mais vulneráveis, pela conquista de direitos da classe trabalhadora e pela emancipação do indivíduo. Passa a se posicionar a serviço dos usuários das políticas públicas, rompendo com antigas práticas reprodutoras do status quo da sociedade burguesa, tornando sua posição política a favor da luta de classes e desenvolvendo seu posicionamento crítico com embasamento comprometido com a perspectiva ontológica de Marx.

Barroco (2011) define que o marxismo, possui suas ideias socialistas pautadas na emancipação do indivíduo, tem seu foco na classe trabalhadora, direcionando o serviço social para as verdadeiras necessidades, buscando rompimento com todo e qualquer tipo de conservadorismo.

É nesse contexto de ruptura com o conservadorismo que entra a discussão sobre a modernidade, que delibera sobre o novo modelo social, onde a religião passa a não ser mais o centro da sociedade, cedendo esse espaço para a ciência. Touraine (1994) afirma que a modernidade “implica crescente diferenciação dos diversos setores da vida social” e que houve uma ruptura com o finalismo do espírito religioso “que exige sempre um fim da história, realização completa do projeto divino ou desaparecimento de uma humanidade pervertida e infiel à sua missão”.

A ideia de modernidade não exclui a de fim da história, [...] mas o fim da história é mais o de uma pré-história e o início de um desenvolvimento produzido pelo progresso técnico: a liberação das necessidades e o triunfo do Espírito. A ideia de modernidade substitui Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada. (TOURAINÉ, 1994, p. 17-18).

A modernidade está diretamente relacionada à ideia de racionalização, uma vez que esta se faz um componente indispensável para a modernização. Alguns autores ressaltam que a ideia de modernidade veio mais forte na parte ocidental do mundo, onde se fez presente a concepção de que a modernização impunha a destruição dos laços sociais, dos sentimentos, dos costumes e das crenças tendo como agente principal a razão.

É necessário ressaltar que a ideologia modernista não dominou apenas o mundo das ideias, mas, também, o mundo econômico, evoluindo para o capitalismo. “O capitalista é aquele que sacrifica tudo, não ao seu dinheiro, mas à sua vocação [...] ao seu trabalho, pelo qual ele não assegura [...] sua salvação [...] mas pode descobrir sinais

de sua eleição [...] ou [...] realizar o desprendimento do mundo que sua fé exige.” (TOURAINÉ, 1994, p. 32).

No capitalismo, é comum perceber que há uma alienação da sociedade perante o trabalho, isto é, as pessoas trabalham visando somente a sua sobrevivência, sem pensar por quanto estão vendendo sua força de trabalho, suas condições precárias de trabalho e para o enriquecimento do capital, não priorizando sua vocação nem o intuito/reflexão do serviço que exerce e pode oferecer ao fortalecimento da sociedade. O que importa, na sociedade capitalista, é o lucro. Há presença de novas transformações no trabalho, fazendo com que o trabalhador perca seus direitos, dando espaço para que o capitalismo se torne detentor de todos os âmbitos da vida do indivíduo.

Para alguns autores, o modernismo encerra na década de 1950, dando lugar ao pós-modernismo. Santos (2004) afirma que o modernismo foi encerrado por convenção e que o pós-modernismo é “o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas de 1950”.

3. O PÓS-MODERNISMO E SUAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS E SOCIAIS: O SERVIÇO SOCIAL EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES

Conforme assevera Santos (2004, p. 12), deparamo-nos com uma sociedade cada vez mais tecnológica, consumista e com ausência de valores e de sentido para a vida. É uma sociedade que valoriza o chamado hiper-real, que se constitui como essência da pós-modernidade: “preferimos a imagem ao objeto, a cópia ao original, o simulacro [...] ao real.”

Nesse contexto, observa-se um agravamento da desigualdade estrutural e degradação da vida humana e da natureza, [...] “Aprofundando a exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados [...] pelos trabalhadores [...]” (BARROCO, 2011, p. 206).

Ademais, as relações de trabalho acabam ficando extremamente instáveis e desregulamentadas, resultando em uma sociedade fragmentada em todas as esferas da vida social, sendo fruto das relações fragilizadas que a pós-modernidade traz como resultado em meio às suas mudanças. Para Barroco (2011, p. 207), “valorizando a instabilidade e a dispersão, a ideologia neoliberal pós-moderna declara o “fracasso” dos projetos emancipatórios, das orientações éticas pautadas em valores universais [...]”.

O Serviço Social está inserido diretamente nessas novas relações e, com isso, deve acompanhar tais mudanças, porém assegurando condições de autonomia no seu

exercício profissional, respaldado no código de ética e no seu projeto ético-político profissional. O Código de Ética, segundo Simões (2009, p. 407) “configura-se [...] como a norma por meio da qual a autonomia profissional supera a concepção liberal-individualista e a vincula politicamente ao interesse coletivo.”

Por conseguinte, o trabalho do assistente social na sociedade pós-moderna, é colocado em constante desafio, a todo o momento, desde a precípua tarefa de sustentar um projeto profissional alicerçado em bases marxistas, julgado ultrapassado e que desvaloriza a profissão.

Por sua vez, a sociedade aceita um mercado de trabalho com um plano mais flexível e que passa a exigir uma mão de obra mais especializada e ao mesmo tempo que mais barata, ao tempo em que investe em meios de produções desgastantes e precários, como uma nova forma de organização do trabalho: “A reorganização do trabalho acarreta o desaparecimento de algumas funções e o surgimento de outras, transformando o perfil da força de trabalho e implicando a exclusão da força de trabalho excedente” (MOTA, 1998, p. 12).

Dessa forma, há uma emergência de outro padrão de estrutura produtiva, fazendo com que as novas configurações do trabalho tornem os trabalhadores unicamente responsáveis pelo desemprego, pela miséria e pelas vulnerabilidades.

[...] disseminou-se a ideia de que a formação/qualificação poderia ser um instrumento de combate ao desemprego, desenvolvendo-se então a noção de “empregabilidade”, transferindo a responsabilidade da situação de desemprego ao trabalhador e afirmando-o como não estando preparado para assegurar a si próprio um emprego (WENDHAUSEN, 2009, p. 503 apud HIRATA, 1999, p.13).

E mesmo com grandes exigências para uma formação profissional de qualidade, com escolaridade completa, curso superior e especializações, o mercado só está aberto àqueles que são trabalhadores superqualificados, fazendo com que a maior parte da população que não teve acesso à educação de qualidade, ensino superior ou especializações, sejam resultantes de uma massa de novos trabalhadores sujeitos a mão de obra barata, situações precárias, carga horária exaustiva e sem perspectiva de melhora de vida. “Nesse mesmo período, a tese da polarização das qualificações afirma que a modernização tecnológica criaria, de um lado, uma massa de trabalhadores desqualificados e, de outro, trabalhadores superqualificados” (WENDHAUSEN, 2009, p. 504).

Isso reflete diretamente nas relações sociais, já que a “normatização” das condições vulneráveis levam o indivíduo a ter um acesso precário aos direitos, deveres, benefícios, sem perspectiva para uma melhoria de sua condição de vida. Nesta direção, os resultados da pós-modernidade, reflete diretamente em todos os âmbitos da vida

social do indivíduo, na sua formação profissional, condições de trabalho, saúde mental e física, e na reflexão sob as suas ações.

Nesse propósito, o Serviço Social, enquanto profissão de posicionamento crítico sobre a realidade e que luta na defesa dos direitos dos socialmente vulneráveis, deve guiar o exercício profissional pautado no acúmulo teórico e político conquistado, para assegurar sua ação profissional na regulação das relações sociais, no apoio ao controle dos comportamentos e das normas sociais contribuindo para produzir atitudes, posturas, para influenciar consciências, com parte das iniciativas de racionalização da relação entre homens na sociedade (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017).

Importante destacar que o impacto da tendência pós-moderna sobre indivíduos e profissões na sociedade do trabalho pode levar à precarização do trabalho subsumido a respostas rápidas, irrefletidas, instrumentais, desespecializadas, formais e fragmentadas, reduzindo o exercício profissional a um conjunto de instrumentais com vistas a fins imediatos. Limitando a ação profissional à racionalidade do capitalismo e à aplicação acrítica de técnicas e instrumentos sem clareza sobre os fins da intervenção e do projeto profissional.

Não podendo deixar que o Serviço Social trabalhe em função da subordinação do capital privado e de suas necessidades, mas com base em sua instrumentalidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional, em defesa de um projeto emancipatório, que luta pela cidadania e na defesa dos direitos da população, tendo como referência não apenas o indivíduo, mas as classes sociais, para que possibilite que os trabalhadores se afirmem como sujeitos econômicos e políticos, conforme defende IAMAMOTO (1987).

E desse modo, assegurar uma atuação profissional crítico-reflexiva sobre os processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade, de análise do movimento histórico da sociedade brasileira apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo, compreendendo a função social da profissão, desvelando possibilidades de intervenção na realidade e identificando demandas presentes para além daquelas configuradas na pós-modernidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, foi possível observar que as transformações societárias ocorridas ao longo dos anos, perpetuadas, em suma, pela emergência do modelo capitalista e pelas novas relações sociais no âmbito do trabalho, tiveram impacto significativo no Serviço Social, ao passo que a profissão precisou se reorganizar de

forma a atender às necessidades da população. Foi neste momento que o Serviço Social passou a se posicionar em favor da sociedade e da classe trabalhadora.

Os pilares conservadores que construíram o Serviço Social, embora rompidos pelo movimento de reconceituação, ainda se fazem presentes em forma de desafios para o exercício profissional na sociedade atual, isto é, constantemente, a profissão deve reafirmar seu projeto ético-político, buscando se libertar das amarras do senso comum, exercitando seu olhar crítico.

Trilhar o caminho da investigação, desvendar e problematizar a realidade para intervir na realidade social com base no movimento contraditório do real eis os desafios do serviço social em tempos pós-modernos. Não obstante, o projeto profissional de enfrentamento vem construindo ampla possibilidade de atuação na sociedade atual sob os pilares de sustentação da clareza do projeto ético-político, do domínio da legislação diversa e das políticas sociais, da habilidade para trabalhar em equipe, da interface com o poder público, da articulação de redes e de aporte diverso.

Referências

BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais.** São Paulo: Cortez: ANAS, 1987.

MOTA, Ana Elizabete, **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, trabalho e as demandas ao serviço social.** Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Reconceituação do Serviço Social 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade** nº 84, Ano XXVI São Paulo, Cortez Editora, 2005.

SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SIMÕES, Carlos, Na ilha de Robinson: a autonomia e a ética profissional no neoliberalismo, **Serviço social & sociedade**, Cortez, n. 99, p. 405- 424, São Paulo, jul/set. 2009.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

WENDHAUSEN, Enimar Jerônimo, Políticas de trabalho, emprego e renda: uma análise das propostas dos governos FHC e Lula, **Serviço social & sociedade**, Cortez, n. 99, p. 498- 517, São Paulo, jul/set. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita, Os Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.